

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório Municipal, pelas quinze horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 16 de setembro de 2020, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à prestação de serviço de Revisão Oficial de Contas do Município do Peso da Régua.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa do IMI para vigorar na cobrança a efetuar durante o ano 2021.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS, para o ano 2021, ao abrigo do preceituado no art. 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.
- 5) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2021, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.
- 6) Apresentação, discussão e aprovação da taxa municipal de direitos de passagem fixação de taxa para 2021.
- 7) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de alteração do mapa de pessoal.

Feita a chamada verificou-se que não estavam presentes o Senhor Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães e Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca que foram substituídos pelos deputados António Manuel Alves Serafim e Filipe Osório, respetivamente, sendo que não responderem à chamada os deputados Luís Carlos da Silva Costa Marques, Manuel Fernando Seixas Coutinho, Isabel Maria Guedes de Sá, Fernando José Alves Lebres, Nuno José Vieira Fernandes e Paulo Jorge da Cruz Costa.

Antes da ordem do dia, deram entrada na mesa duas moções, uma do CDU a parabenizar os funcionários da autarquia que trabalham na linha da frente do combate ao Covid 19 e uma do PS, relativamente à reabertura da discussão do processo de reestruturação das freguesias, e um voto de pesar por parte do PSD.

Posta à votação a proposta do CDU, foi a mesma aprovada por unanimidade com 20 votos a favor.

Posto à votação o voto de pesar, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com 21 votos a favor.

Quanto à moção do PS foi solicitado um intervalo, por parte do PSD, para que pudessem discutir a mesma entre si que culminou na decisão de concordar com a moção desde que fosse retirado o parágrafo que referia que o executivo cedeu na decisão de fusão das freguesias, quando, após tal decisão central, foi feita uma ação judicial a demonstrar o desagrado e não concordância com tal decisão. O deputado Raul Gonçalves referiu, ainda, que a bancada do PSD pretendia que fosse acrescentado na moção que a decisão deve vir de baixo para cima e que o ponto de partida da discussão deste processo deverá primeiramente vir de um parecer vinculativo por parte das assembleias de freguesia, que naturalmente será discutido e acompanhado pela assembleia municipal, fazendo-a chegar ao poder central.

Depois de um intervalo solicitado pelo PS, usou da palavra a deputada Joana Lopes que referiu serem inseridas as sugestões do PSD na moção, pois o objetivo final da mesma era transversal a todas as bancadas.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta da União de freguesias de Poiares e Canelas que informou a assembleia dos acontecimentos do processo de tentativa de reversão do processo de união das freguesias, salientando que todos remavam no mesmo sentido.

Ainda sobre este tema, usou da palavra o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Moura Morta e Vinhós que reafirmou a importância de as assembleias de freguesias serem as primeiras a pronunciar-se sobre a discussão e criticou a falta de apoio do poder central às freguesias, nomeadamente no apoio financeiro às mesmas, pois os ordenados mínimos aumentaram e, desde 2015 que não há uma única atualização nas verbas que as freguesias recebem.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara que parabenizou o Presidente Paulo Primo pelo seu trabalho exemplar nesta matéria e por se manter ativo e persistente neste

processo salientando que exige pelo menos a reposição dos casos, usando a majoração dos 20% que não foi utilizada no concelho, bem como outros critérios por forma a que seja possível ao Município decidir em prol dos verdadeiros interesses do concelho de Peso da Régua.

Posta à votação foi a moção aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor.

O Presidente da Mesa informou do expediente da mesma, informando que estava disponível a informação para consulta dos senhores deputados.

No tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia, usou da palavra a deputada do PS, Joana Lopes, louvando todas as entidades ativas no combate à Covid 19 e questionando o Sr. Presidente sobre do número de testes à Covid 19 já realizados no concelho e de que tipo.

Tomou a palavra o Sr. Presidente que esclareceu a deputada Joana Lopes que o tipo de testes feitos são zaragatoa à exceção dos primeiros realizados na UCCI que foram serológicos pelo carácter de urgência que tinham. Quanto ao número não conseguia precisar.

Procedeu-se à leitura da ata da última assembleia municipal que foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, 2 abstenções por não estarem presentes.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- Continuidade em testar as IPSS, nomeadamente nos Lares Residenciais e nas escolas por amostragem;
- O papel das IPSS e os seus problemas financeiros;
- As obras em curso no concelho, salientando a falta de mão-de-obra que existe, pois aparecem poucos concorrentes nos concursos públicos de obra;
- O investimento a ser realizado na Milnorte;
- O investimento na qualidade do ambiente ao nível de saneamento;
- A obra no relvado do Clube de Caça e Pesca do Alto Douro;
- As obras de reabilitação que serão realizadas nos Bairros Sociais;

- A Estratégia Local de Habitação a ser implementada no concelho, através do programa 1º Direito;
- A situação da Casa do Douro, nomeadamente o benefício que não foi atribuído da melhor forma;
- O processo eleitoral da CCDR-N;
- O ponto de situação do Hospital D. Luis I; e
- O ponto de situação do processo de reabilitação e recuperação das Caldas do Moledo, realçando que já antevia que a Câmara de Mesão Frio não iria avançar no processo e culpabilizando o Dr. António Martinho do ponto de situação em que as Caldas do Moledo se encontram.

Usou da palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que lamentou a situação das Caldas do Moledo.

De seguida, tomaram a palavra os deputados do PS, Luis Monteiro e Joana Lopes, mostrando-se desagradados e acusando de insinuações a informação dada sobre o Dr. António Martinho e a sua responsabilidade no processo das Caldas do Moledo.

O Sr. Presidente esclareceu os deputados e toda a Assembleia Municipal que o que disse era a verdade e já tinha tido uma conversa com o Dr. António Martinho onde lhe pode demonstrar pessoalmente o seu desagrado coma situação. Informou, ainda, da evolução, ao longo dos anos, de todo o processo das Caldas do Moledo e o motivo de ainda se encontrarem encerrado, situação pela qual a Câmara Municipal do Peso da Régia tem vindo a lutar ao longo de todos estes anos.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à prestação de serviço de Revisão Oficial de Contas do Município do Peso da Régua.

Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara que informou que chegara a hora de renovar esta prestação de serviços e que se propunha manter o revisor oficial de contas pelo trabalho exemplar e competente que tem vindo a desenvolver.

Posta à votação, foi a proposta aprovada com 21 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra.

De seguida, por proposta do Presidente da Mesa, e com a aprovação da assembleia, abordou-se primeiramente o ponto 7 e depois os pontos 3, 4, 5 e 6 da ordem do dia, foram discutidos em conjunto, sendo que a votação decorrerá separadamente.

Dando entrada no ponto 7, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de alteração do mapa de pessoal, tomou a palavra o Sr. Presidente que informou que esta alteração se devia a um mero processo administrativo de contratação dos funcionários das Atividades de Enriquecimento Curricular.

Usou da palavra o deputado da CDU António Serafim que mencionou concordar, no entanto esperava que se pudesse chegar mais longe e integrar os funcionários nos quadros da Autarquia.

Pelo PS teve a palavra a deputada Joana Lopes que afirmou ser a terceira assembleia em que vem na ordem de trabalhos a alteração do mapa de pessoal, o que demonstra falta de organização na política de gestão dos recursos humanos.

Teve a palavra o Sr. Presidente que esclareceu o deputado António Serafim que também ambiciona poder fazer mais, mas neste momento é a melhor opção possível. Mais informou a deputada Joana Lopes que este número de funcionários já existia no mapa anterior ao abrigo das AEC, apenas haverá uma alteração administrativa no procedimento de contratação a seguir.

Posta à votação, foi a proposta aprovada com 15 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra.

De seguida, foram abordados, simultaneamente, os pontos 3, 4, 5 e 6, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa do IMI para vigorar na cobrança a efetuar durante o ano 2021, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS, para o ano 2021, ao abrigo do preceituado no art. 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2021, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC e apresentação, discussão e aprovação da taxa municipal de direitos de passagem fixação de taxa para 2021, respetivamente.

Tomou a palavra o Sr. Presidente que informou que a proposta da taxa do IMI prevê uma redução dos 0,4% para os 0,375% perfazendo uma diminuição na receita do Município, lembrando o incentivo extra nas taxas em função do agregado familiar. Em relação ao imposto para o IRS a proposta mantém-se nos 5%. Já na derrama, 1,5% para as empresas com lucros superiores a 150.000,00€ (Cento e cinquenta mil euros), e

isenção total do imposto para as empresas com lucros inferiores ao mesmo valor, representando uma redução da receita do Município. Relativamente à taxa municipal de direitos de passagem, a proposta mantém-se nos 0,25%.

Teve a palavra o deputado da CDU, António Serafim, que frisou que a nível da percentagem da taxa de participação no IRS se podia ir mais longe.

Usou da palavra o deputado do PS, Luis Monteiro, que alertou para uma correção necessária a fazer no que à derrama diz respeito, nomeadamente o valor mínimo pelo qual se insere a taxa.

Teve a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que referiu estarem de acordo com todas as propostas.

Posta à votação a proposta do ponto 3 (fixação das percentagens das taxas de IMI, para vigorarem na cobrança a efetuar durante o ano de 2021) e estando presentes 22 dos Senhores Deputados, foi a mesma aprovada com: 21 votos a favor e 1 votos contra.

Posta à votação a proposta do ponto 4 (fixação da percentagem da taxa de participação do IRS, para o ano de 2021, ao abrigo do preceituado no art. 25º da Lei nº 73/2013, de 15 de janeiro) e estando presentes 21 dos Senhores Deputados, foi a mesma aprovada com: 14 votos a favor, 7 votos contra.

Posta à votação a proposta do ponto 5 (proposta da câmara municipal ao lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2021, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC) e estando presentes 22 dos Senhores Deputados, foi a mesma unanimidade.

Posta à votação a proposta do ponto 6 (proposta da taxa municipal de direitos de passagem para 2021) e estando presentes 22 dos Senhores Deputados, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e um Senhores Deputados, onde foi aprovada a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos nºs 3 e 4, do art. 57º, do anexo I, da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.